

www.apeminas.org.br

Expectativas Superadas!



Um bom ano. Assim pode ser definido 2011 para os procuradores do Estado de Minas Gerais, com o desenvolvimento das ações de resgate da dignidade da advocacia pública mineira que culminaram com a realização do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado em Belo Horizonte, que teve a solenidade de abertura, realizada no auditório Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa. O evento, que contou com representantes de todos os estados brasileiros, reuniu cerca de 600 participantes no Hotel Mercure e provou a força da classe nos níveis nacional e estadual. Promovido em parceria entre a Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), a Advocacia Geral do Estado (AGE) e a Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS), o Congresso foi marcado pela excelência dos palestrantes e pelo discurso da necessidade de valorização dos advogados públicos de Minas Gerais. **Leia mais nas páginas 3 e 4**



Leia também

Se tem Procurador do Estado...

A APEMINAS veiculou a campanha "Se tem procurador do Estado, não tem corrupção". Ao destacar uma das importantes funções da carreira que é o de controle preventivo de legalidade das políticas públicas - o que contribui diretamente no combate à corrupção - a divulgação teve como objetivo esclarecer a população do fundamental papel da advocacia pública de Estado e do comprometimento do procurador com o interesse público. **Página 12**

Entrevista

O advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Marco Antônio Rebelo Romanelli concedeu entrevista ao *Res Pública*. No cargo desde janeiro de 2010, sua nomeação agradeu a classe de procuradores do Estado, que se posiciona pela obrigatoriedade de que o chefe da Advocacia Geral do Estado seja integrante da carreira. **Páginas 6 e 7**



**JOÃO LÚCIO
MARTINS PINTO,**
presidente da
APEMINAS

Palavra da Diretoria

Não haverá Estado verdadeiramente eficiente sem uma advocacia pública forte, com advogados públicos valorizados e remunerados dignamente

Ao chegarmos a mais um final de ano se mostra razoável fazermos um balanço do que aconteceu no período.

Além de aproveitarmos para festejarmos que chegamos ao terceiro ano do nosso informativo "Res Publica".

Ao assumirmos a direção da Associação, para o biênio 2010/2012, estávamos cientes das grandes dificuldades e dos desafios que se apresentavam.

Mas, apesar dos contratempos, podemos dizer que este ano de 2011 foi um grande ano para a carreira dos Procuradores do Estado de Minas Gerais, que ficará marcado como um ano de grandes feitos.

Realizamos campanhas publicitárias institucionais, demonstrando a importância e relevância da atuação dos Procuradores do Estado; visitamos algumas Regionais, buscando a aproximação da Associação com seus associados; realizamos, com grande êxito, o XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado, com o tema "Advocacia Pública, Eficiência Administrativa e Resultados Sociais", um dos maiores eventos jurídicos que a capital mineira já presenciou, o que elevou em muito a auto-estima dos procuradores mineiros; ampliamos o leque de convênios e parcerias, de modo a aumentar benefícios e vantagens para nossos associados; comparecemos a audiência pública realizada em Belo Horizonte/MG, para tratar da PEC nº. 443/2009, que trata da remuneração dos advogados públicos que, se aprovada, realizará um grande avanço e segurança remuneratória para todos os Procuradores de Estado no país; realizamos viagens e participamos de vários even-

tos, sempre buscando a valorização da advocacia pública.

Buscamos, também, como compromisso primeiro da Diretoria, a melhora da remuneração, através de um diálogo franco e aberto com a cúpula da Advocacia-Geral do Estado e com diversos representantes do Governo Mineiro, demonstrando a necessidade do tratamento constitucional adequado à remuneração, afim de promover segurança remuneratória para os Procuradores do Estado de Minas Gerais.

Este ano inclusive, na busca pela melhora da remuneração, tivemos ainda o fato da mobilização conjunta entre a Associação e as Chefias da estrutura da Advocacia-Geral do Estado, fato que também ficará registrado como um marco deste ano de 2011.

A melhora da remuneração e sua segurança, reflete na prestação de serviço pú-

A tarefa que se apresentou não foi fácil, mas temos certeza que valeram a pena as lutas e embates travados do decorrer deste ano que se finda, valendo lembrar, sempre que, somos nós mesmos os sujeitos de nossa história e os responsáveis pelo nosso destino

blico, implicando na valorização dos servidores, como é o caso do serviço prestado pelo Procurador de Estado; por reconhecer nele um profissional altamente qualificado; por dar a ele uma perspectiva de carreira e fazê-lo se sentir confortável prestando o serviço público a ele destinado constitucionalmente.

Sem esquecermos, ainda, da importância da Advocacia Pública, no seu papel na consolidação do Estado Social e Democrático de Direito, uma vez que não haverá Estado verdadeiramente eficiente sem uma advocacia pública forte, com advogados públicos valorizados e remunerados dignamente e contando com a devida estrutura de trabalho.

E, neste aspecto remuneratório, avançamos mais um pouco, este ano de 2011, apesar do avanço ainda não ser o que gostaríamos de ter alcançado.

Enfim, o ano que se finda deixará marcas profundas na valorização e dignificação da carreira de Procurador do Estado de Minas Gerais.

Comemorando, também, o terceiro ano do nosso informativo "Res Publica" instrumento importante de divulgação de nossas lutas; de artigos jurídicos e de notícias relativas à carreira.

Nestes três anos, o "Res Publica" contribuiu de maneira significativa para o êxito de nossas conquistas, na medida em que serviu de instrumento de divulgação da importância e relevância da atuação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais.

Enfim, a tarefa que se apresentou não foi fácil, mas temos certeza que valeram a pena as lutas e embates travados do decorrer deste ano que se finda, valendo lembrar, sempre que, somos nós mesmos os sujeitos de nossa história e os responsáveis pelo nosso destino.

Boas Festas e Feliz 2012 para todos e que, o ano que se avizinha, seja repleto de êxitos e realizações, com muita saúde e paz e lembrando, sempre, que "a luta continua".

Expediente



Presidente
João Lúcio Martins Pinto
Vice-presidente
Jaime Nápoles Villela
Tesoureiro
Geraldo Ildebrando de Andrade

Diretora de Secretária
Aline Guimarães Furlan
Diretora Social
Ilma Maria Correa Silva
Diretora de Relações
Institucionais
Liana Portilho Mattos
Diretor de Comunicação,
Ricardo Adriano Massara Brasileiro

Diretor representante
dos Aposentados
Gilvan de Pinho Tavares
Diretor de Convênios
Juarez Raposo de Oliveira
Diretor Jurídico
Alessandro Castelo Branco
Jornalista responsável
Júlio Anunciação - Mtb 10.341 JP

Projeto Gráfico e Diagramação
Marcelo Ramos
Tiragem: 4 mil exemplares

anunciatto
COMUNICAÇÃO
www.anunciatto.com

Bons resultados!

XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado tem balanço positivo



Mesa reuniu autoridades durante abertura do Congresso, no Centro Administrativo

Um bom ano. Assim pode ser definido 2011 para os procuradores do Estado de Minas Gerais, com o desenvolvimento das ações de resgate da dignidade da advocacia pública mineira que culminaram com a realização do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado em Belo Horizonte, que teve a solenidade de abertura, realizada no auditório Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa. O evento, que contou com representantes de todos os estados brasileiros, reuniu cerca de 600 participantes no Hotel Mercure e provou a força da classe nos níveis nacional e estadual. Promovido em parceria entre a Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), a Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS) e a Advocacia Geral do Estado, o Congresso foi marcado pela excelência dos palestrantes e pelo discurso da necessidade de valorização dos advogados públicos de Minas Gerais.

Em seu pronunciamento, o governador do Estado, Antonio Anastasia reiterou a importância dos

procuradores do Estado para o bom desenvolvimento das políticas públicas. Ainda em seu discurso na Cidade Administrativa, Anastasia ressaltou o importante papel assumido pelos procuradores nos últimos tempos perante os novos desafios impostos à administração pública. Segundo o chefe do Executivo, sem o trabalho dos advogados públicos o cotidiano de um Governo ficaria impossível e que eles asseguram a adequação das políticas públicas aos mandamentos constitucionais.

A união da classe foi novamente fundamental para as ações planejadas durante o Congresso. Além da realização de uma Assembleia Extraordinária durante os trabalhos, uma comitiva formada por todos os presidentes de Associações foi até à Cidade Administrativa para levar ofício ao governador do Estado com a solicitação de valorização imediata dos quadros da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (AGE). Segundo o presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto, nunca antes foi tão aberto o diálogo entre a classe e o Governo em busca de

melhorias para os procuradores do Estado. “Tivemos uma boa recepção e interlocução direta com secretários, o que provou a eficácia de nossa mobilização. O Congresso serviu para mostrar a importância de Minas Gerais no cenário nacional da Advocacia Pública de Estado”, diz.

As palestras atraíram grande número de congressistas e se destacaram pela excelência jurídica dos conferencistas. Para o vice-presidente da APEMINAS, Jaime Nápoles Villela, as expectativas de público e qualidade foram superadas. “Tivemos em Belo Horizonte nomes como Jorge Miranda, Carla Amado, sem contar todos os outros brilhantes conferencistas. Além disso, pudemos, com a proposta de debater a efetividade e os resultados sociais, mostrar a importância dos procuradores de Estado para o crescimento da sociedade como um todo”, ressalta.

A mobilização da classe se mostrou importante desde a escolha da capital mineira para sede em 2011. Na época, uma comitiva levou a campanha “Uma questão da classe”

para o Nordeste, em 2010, e sensibilizou os colegas da necessidade de atenção com Minas Gerais. Segundo o presidente da ANAPE, Juliano Dossena, além de divulgar e demonstrar à sociedade a excelência do trabalho dos procuradores na defesa do interesse público, o evento promoveu um intercâmbio científico e cultural entre os membros da Advocacia Pública, instituição esta, responsável pela viabilização jurídica das políticas públicas estruturantes. “Parabéns a APEMINAS pela dinâmica que deu na organização do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado”, declarou.

Para a secretária de Casa Civil e Relações Institucionais de Minas Gerais, Maria Coeli Simões Pires, o Congresso refletiu uma combinação indispensável e evocou a Advocacia Pública como instância essencial para a correta e eficaz atuação da Administração Pública e, em consequência, para a realização de políticas, tudo com vistas ao desenvolvimento da sociedade e ao cumprimento dos objetivos do Estado previstos no art. 2º da Consti-



A secretária de Estado, Maria Coeli Simões Pires



O presidente da ANAPE, Juliano Dossena



Ophir Cavalcante Júnior, presidente da OAB Federal

tuição Estadual. “O evento franqueou, em solo mineiro, profícuo debate em torno de questões jurídicas relevantes e a sistematização de contribuições de repercussão nacional. E, assim, permitiu sintonizar o Estado com a grande pauta do mundo jurídico”, frisou.

Para Coeli, o apoio do Governo de Minas para a realização do evento – que não acontecia em Belo Horizonte desde 1996 – trouxe um simbolismo e foi o reconhecimento da Advocacia Pública como instituição jurídica das mais representativas, notadamente pelo nível de seus membros que aqui estiveram debatendo temas de altíssimo alcance. “É a partir dessa perspectiva que se chama a atenção para as medidas que o Governo de Minas vem adotando para a estruturação da AGE – Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais – desde sua criação com a promulgação da Emenda à Constituição nº. 56/2003, que unificou Procuradoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, merecendo destaque o fato de ter a AGE um

Procurador do Estado de Carreira na sua alta condução”, declarou.

Para o advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Marco Antônio Rebelo Romanelli, o evento proporcionou trocas de experiências entre os procuradores do Estado de outras unidades federativas. Desse modo, sediar um Congresso dessa magnitude ampliou os horizontes da carreira e reforçou a posição do Estado de Minas Gerais no cenário jurídico nacional, na defesa da liberdade, das Constituições e do Estado Democrático de Direito. “Faz parte da política da Advocacia-Geral do Estado (AGE) estimular o debate sobre temas fundamentais, para a defesa do Estado. No mesmo dia-pásão, elevou a autoestima dos Procuradores do Estado de Minas Gerais e reforçou a APEMINAS como uma das associações mais importantes da Federação”, ressaltou.

O presidente da OAB e procurador do Estado do Pará, Ophir Cavalcante Júnior também destacou a importância da função. Para

o dirigente nacional da entidade da advocacia, independência técnica de atuação, respeito às prerrogativas previstas na Constituição Federal, recebimento dos honorários sucumbenciais e jornada livre de trabalho são direitos dos procuradores e que devem ser respeitados. “Tenho certeza que o Executivo mineiro, comandado pelo jurista, administrador público e servidor de Estado, Antonio Anastasia, será importante no resgate da dignidade que os advogados públicos merecem. Somente assim, podemos ter uma instituição forte e independente. Tenho orgulho de ser procurador”, disse.

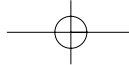
Imprensa repercutiu o Congresso

O XXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado chamou a atenção dos veículos de comunicação. Emissoras de televisão, rádio e jornais de grande circulação repercutiram a realização do evento em Belo Horizonte, após 15 anos

de lacuna. Antes do início dos trabalhos, diretores da APEMINAS concederam entrevista à Rádio Itatiaia sobre o acontecimento, durante o programa do jornalista José Lino. Entre os jornais, a realização do evento, assim como artigos de autorias do presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto e do vice, Jaime Nápoles Villela foram publicados no O Tempo e, no Hoje em Dia, divulgada a visita da diretoria à redação do jornal.

Na televisão, destaque para a repercussão dada pela TV Record, que foi parceira da APEMINAS no evento. A emissora exibiu matéria em dois programas de sua grade de programação com entrevistas dos presidentes da ANAPE, Juliano Dossena, da OAB, Ophir Cavalcante Júnior e de João Lúcio Martins Pinto sobre a importância da atuação do procurador do Estado em benefício da sociedade. Esta matéria está disponível no site www.apeminas.org.br, além das principais fotos do evento.

*Confira nas páginas 8 e 9 imagens do XXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado



Em foco

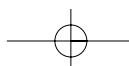


O vice-presidente da APEMINAS, Jaime Nápoles Villela recebeu, no dia 2 de dezembro, o título de Cidadão Honorário de Barbacena durante sessão solene no Palácio da Revolução Liberal. O advogado-geral do Estado, Marco Antônio Romanelli esteve presente à cerimônia, assim como o presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto e o diretor jurídico, Alessandro Castelo Branco. A proposição do título de cidadania honorária ao ex-advogado geral do município foi de autoria do vereador Eduardo Sad, aprovada por unanimidade. Também participou o assessor da Secretaria de Estado de Governo e ex-prefeito de Barbacena, Martim Andrada. Jaime Nápoles Villela nasceu em Belo Horizonte, tem 35 anos, é procurador do Estado de Minas Gerais, advogado militante e professor universitário e de pós-graduação em Direito. Foi também Procurador Chefe do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG). Atualmente é também diretor de Relações Públicas da Associação Nacional dos Procuradores do Estado. Na foto estão, da esquerda para direita, o vereador Eduardo Sad (que propôs a comenda), Marco Antônio Romanelli, João Villela, Jaime Nápoles Villela e Cristiano Ferreira.

A Justiça Militar de Minas Gerais completou, no dia 9 de novembro, 74 anos de criação legal em solenidade bastante concorrida. O evento aconteceu no prédio do Tribunal de Contas do Estado e constou de lançamento do selo postal relativo à data e entrega do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Militar. O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto esteve no evento para cumprimentar um dos homenageados, o advogado-geral do Estado, Marco Antônio Romanelli, que recebeu o Colar do Mérito Judiciário Militar, a mais importante comenda outorgada por esta Justiça Especializada a autoridades que a ela tenham prestado relevantes serviços. Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, juiz Jadir Silva. Durante a solenidade também houve a obliteração do selo comemorativo, na presença do gerente regional dos Correios em Minas Gerais, Glei Figueiredo. Também foram agraciados o presidente da Assembleia Legislativa mineira, deputado Dinis Pinheiro; o Brigadeiro-do-Ar José Magno Resende de Araújo, comandante do CIAAR; o presidente da AMAJME, o juiz Getúlio Corrêa; o Conselho Nacional de Justiça, representado pelo ministro Carlos Alberto Reis de Paula, entre outros. Na foto estão João Lúcio Martins Pinto, Marco Antônio Romanelli e o secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais, Leonardo Colombini.



A Classic Seguros realizou ação promocional direcionada a APEMINAS, entidade parceira da corretora. Denominada "A Classic leva você", a promoção sorteou uma viagem ao Nordeste brasileiro com acompanhante. Para participar do concurso, o servidor se inscrevia no hot-site desenvolvido especialmente para a promoção. "Por meio do hot-site os servidores também podiam obter mais informações sobre a Classic, as propostas de seguro de vida e acesso à tabela de preços", explica a gerente de vendas, Sheilla Zeitoun. O sorteio aconteceu no dia 30 de novembro, e o contemplado foi o procurador José Antônio Santos Rodrigues que recebeu seu prêmio das mãos de sua consultora Daniela e dos gerentes de venda Sheilla e Frederico, na matriz da Classic.



Entrevista: Marco Antônio Romanelli, advogado geral do Estado de Minas Gerais

“A autonomia não se implementa com a simples aprovação de uma Emenda”

O advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Marco Antônio Rebelo Romanelli concedeu entrevista ao *Res Publica*. No cargo desde janeiro de 2010, sua nomeação agradou a classe de procuradores do Estado, que se posiciona pela obrigatoriedade de que o chefe da Advocacia Geral do Estado seja integrante da carreira. Sobre isso, Romanelli, que é advogado público desde 1986, afirma que “com um quadro de 465 procuradores, acredita-se que, com uma pequena mudança na pirâmide dos diversos níveis da carreira, especificadamente, com um pequeno aumento do número de Procuradores do Nível IV, o Governador terá a opção, bastante significativa, para escolha de um dos seus integrantes para o cargo de Advogado-Geral do Estado”.

Ainda em sua entrevista, Romanelli falou sobre temas como as Propostas de Emenda à Constituição 452 e 443 - que tratam sobre autonomia das Procuradorias e remuneração dos procuradores de Estado -, realização do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores de Estado em Belo Horizonte e principais desafios da Advocacia Geral do Estado.

Res Publica - Como foi a trajetória profissional do senhor até ocupar o cargo de advogado-geral do Estado de Minas Gerais?

Marco Antônio Romanelli - Ingressei na carreira de Procurador do Estado, em 1986, por meio de concurso público. Em abril de 2001, fui convidado pelo então Governador, Itamar Franco e pela Procuradora-Geral, Carmem Lúcia Antunes Rocha, para assumir o cargo de Procurador-Geral Adjunto, nele permanecendo até janeiro de 2003. Reassumi como Advogado-Geral Ad-



junto, na gestão do Governador Aécio Neves, no período de julho de 2007 a dezembro de 2009. Fui nomeado Advogado-Geral do Estado, em janeiro de 2010, e mantido pelo Governador Antonio Anastasia, após a desincompatibilização do Governador Aécio Neves. Em janeiro de 2011, fui honrado com a nomeação do Governador Antonio Anastasia para continuar no cargo.

RP- Qual avaliação o senhor faz em relação à sua gestão à frente da Advocacia Geral do Estado?

MAR - Em curto espaço de tempo, tivemos conquistas significativas, a exemplo da majoração do valor da Gratificação Complementar de Produtividade, da aquisição de algumas sedes para as Advocacias Regionais e Escritórios Seccionais, desonerando, assim, o Estado desses alugueis. Assumimos todo o contencioso do Instituto Estadual de Florestas (IEF), num total aproximado de 2.500 processos. Além disso, conseguimos expandir a atuação dos Procuradores do Estado em grande parte das Secretarias, Autar-

quias e Fundações.

RP - O senhor acredita na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 443/2009, que fixa outro patamar para a remuneração dos advogados públicos brasileiros? Por que?

MAR - Claro que acredito e, como Procurador do Estado desejo sua aprovação. Acompanhando a tramitação da proposta percebe-se o empenho e apoio de vários deputados em aprová-la. Todavia, acredito que antes da aprovação da PEC, a remuneração dos Pro-

curadores do Estado estará bem próxima das demais carreiras jurídicas.

RP - E sobre a PEC 452/2009, que trata da autonomia das Procuradorias Gerais dos Estados? O senhor é favorável e acredita numa aprovação? Por que?

MAR - A Proposta de Emenda à Constitucional nº 452 de 2009 tem como foco o fortalecimento e aperfeiçoamento da Advocacia Pública, inserindo garantias próprias de outras carreiras jurídicas, tais como, a inamovibilidade, a vitaliciedade e a irredutibilidade, que garantem maior independência da classe. Entretanto, para aprovação da PEC, existe um caminho de ampla discussão a percorrer, pois do mesmo modo que ocorreu com outras carreiras, a autonomia não se implementa com a simples aprovação de uma emenda constitucional, além de existirem pontos a favor e contra a essa plena autonomia.

RP - Como a realização do XXXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado em Belo Horizonte contribuiu para o fortalecimento da carreira em Minas?

MAR - O Congresso Nacional de Procuradores do Estado além de discutir questões fundamentais da advocacia pública, proporcionou trocas de experiências entre os Procuradores do Estado de outras unidades federativas. Desse modo, sediar um Congresso dessa magnitude amplia os horizontes da carreira e reforça a posição do Estado de Minas Gerais no cenário jurídico nacional, na defesa da liberdade, das Constituições e do Estado Democrático de Direito. Faz parte da política da Advocacia-Geral do Estado (AGE) estimular o debate sobre temas fundamentais, para a defesa do Estado. No mesmo diapasão, elevou a autoestima dos Procuradores do

Estado de Minas Gerais e reforçou a Apeminas como uma das associações mais importantes da Federação.

RP - O senhor é a favor da

A Advocacia Geral do Estado tem investido na sua reconfiguração, na tentativa de uma gestão eficiente, moderna e inovadora

obrigatoriedade de nomeação do Advogado-Geral integrante da carreira, como é seu exemplo? Por que?

MAR - Ser o Advogado-Geral do Estado de carreira ou não é uma decisão político-administrativa do Estado-Membro, em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal. No caso, existem fatores positivos e negativos. Sendo o Advogado-Geral um Secretário de Estado deve ser de livre nomeação do Governador. Todavia, com um quadro de 465 Procuradores, acredita-se que, com uma pequena mudança na pirâmide dos diversos níveis da carreira, especificadamente, com um pequeno aumento do número de Procuradores do Nível IV, o Sr. Governador terá a opção, bastante significativa, para escolha de um dos seus integrantes para o cargo de Advogado-Geral do Estado.

RP - Quais os principais desafios da AGE para o futuro?

MAR - São inúmeros os desafios, uma vez que uma boa administração pública exige um bom alinhamento estratégico. A AGE tem investido na

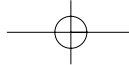


sua reconfiguração, na tentativa de uma gestão eficiente, moderna e inovadora. Exemplo disso, é a realização do concurso público para a carreira de Procurador do Estado, que será um passo importante para conseguirmos ter Procuradores em todas as assessorias e procuradorias jurídicas das Secretarias, Autarquias e Fundações. Outro passo importante será reduzir, significativamente, o número de execuções fiscais utilizando outros meios de cobrança, que serão mais céleres e econômicos para o Estado. Para 2012, também pretendemos concluir o Tribunus, um sistema de informação que, além de unificar os dados contidos nos atuais sistemas, irá acrescentar novos dados, facilitando, assim, a alimentação e a consulta com maior precisão de informação.

RP - O Res Publica completa três anos em 2011. Qual a sua visão sobre o informativo?

MAR - De conteúdo bem especializado, o "Res Publica" é um meio de comunicação que cumpre com primor a sua função informativa por meio de notícias, artigos e entrevistas, desempenhando um papel importante de interação entre os Procuradores do Estado de Minas Gerais, o que reflete no aprimoramento da própria instituição, AGE.

Ao longo de sua existência, vem servindo de base a estudos e debates sobre a atual advocacia pública. Com um projeto gráfico cuidadoso e uma linguagem clara e direta, proporciona ao leitor compreensão imediata das matérias, além de conforto visual na leitura do Informativo.



Mosaico



O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto e a secretária de Casa Civil e Relações Institucionais, Maria Coeli Simões Pires



O presidente da ANAPE, Juliano Dossena discursa durante a abertura do Congresso



O presidente da OAB, Ophir Cavalcante e João Lúcio Martins Pinto



O advogado-geral do Estado, Marco Antônio Romanelli e o presidente da OAB/MG, Luís Cláudio Chaves



O constitucionalista português, Jorge Miranda durante palestra no Hotel Mercure



O juiz e professor gaúcho, Ingo Sarlet



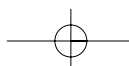
Comitiva formada por todos os presidentes de Associações em visita ao Centro Administrativo



Presidentes de Associações concentrados em frente ao Hotel Mercure antes de ir à Cidade Administrativa



Mesa de Assembleia Extraordinária da classe realizada durante o Congresso





Mosaico



Coquetel de abertura aconteceu no Museu de Arte da Pampulha



Reunião do Colégio de Procuradores Gerais aconteceu durante o Congresso com debate de importantes temas



Os procuradores de Estado Fernando Zanelle (MS), Santuzza Pereira(ES), Juliano Dossena (SC), Fabiana Barth (RS), João Lúcio Martins Pinto (MG), Valentina Jungmann Cintra (GO) e Telmo Lemos Filho(RS)



Conselho Deliberativo da ANAPE reunido no Hotel Mercure



O professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Luis Roberto Barroso



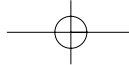
Palestras atraíram grande número de espectadores



Festa de encerramento do Congresso foi realizada no Automóvel Clube, em BH...



... e oficialmente fechou os trabalhos do evento em 2011



Em tempo



O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto e o vice, Jaime Nápoles Villela, em Porto Alegre, nos dias 20 e 21 de outubro, cumprimentaram o governador Tarso Genro pela sanção da lei que equiparou a remuneração dos procuradores aos das demais carreiras jurídicas



Aconteceu no Círculo Militar, em Belo Horizonte, a festa de confraternização de final de ano, promovida pela AGE e pela APEMINAS. Mais de 400 participantes, entre procuradores e servidores, aproveitaram durante toda a tarde com o som da banda de samba "Oi de Gato"

Mural da APEMINAS

DEBATE PÚBLICO

Aconteceu na OAB/MG, reunião conjunta entre as entidades que representam a advocacia pública no estado para discutir o encaminhamento da PEC 443, que propõe mudanças nos subsídios das carreiras da Advocacia-Geral da União e das procuradorias dos estados e do Distrito Federal. O presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto, o vice, Jaime Nápoles Villela e o diretor-jurídico, Alessandro Castelo Branco participaram do evento. Os trabalhos foram dirigidos pelo deputado federal, José Mentor.

CONGRATULAÇÃO

A APEMINAS congratula-se com o seu Vice-Presidente, Jaime Nápoles Villela, que recebeu o título de cidadão honorário de Barbacena, em cerimônia realizada no dia 02/12/2011, na Câmara Municipal de Barbacena, com a presença de vários colegas procuradores e autoridades civis.

ESTRUTURA

No ano passado, com o fim da legislatura, o Projeto de Lei nº. 4771/2010, que institui no âmbito da AGE, programa de residência jurídica, buscando proporcionar a bachareis em direito o conhecimento prático das atividades jurídicas exercidas na AGE e nos demais órgãos a ela tecnicamente subordinado, foi arquivado. Tal projeto busca amenizar um pouco a falta de pessoal de apoio administrativo. Até o presente momento, ele ainda não foi reapresentado. Quando será?

PARCERIA

Buscando mais conforto e agilidade a APEMINAS firmou parceria com a Caixa Econômica Federal para oferecer aos associados uma

cesta de serviços personalizados, tais como empréstimo consignado, consórcios, seguros e uma série de outras vantagens. Para maior informações procure a Agência FIEMG da Caixa Econômica Federal. Para facilitar a contratação de algum dos serviços estaremos, em breve, realizando o treinamento de um empregado da APEMINAS para auxiliar.

LANÇAMENTO DE LIVRO

Aconteceu no último dia 18 de novembro, o lançamento da obra "Sociedade Anônima e Mercado de Capitais - Homenagem ao Professor Osmar Brina Corrêa-Lima", que contém artigos dos procuradores do Estado de Minas Gerais, Vinícius Rodrigues Pimenta e Eduardo Goulart Pimenta. O lançamento do livro ocorreu na Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte, com a presença de vários procuradores.

CONVÊNIO DA ANAPE COM CITIBANK

O convênio celebrado entre o Citibank e a Associação Nacional de Procuradores (Anape) está implantado. Agora os associados poderão usufruir de todos os benefícios e serviços de qualidade oferecidos pelas agências Citibank. Além do atendimento personalizado Citibank os procuradores terão muitas vantagens ao abrirem sua conta corrente. Entre os benefícios reservados aos associados está o pagamento da anuidade ANAPE ano 2012 e 20 mil milhas no cartão de crédito Citi AAdvantage. O procurador também terá 11 dias sem juros no cheque especial, isenção de tarifas no pacote Classic, saques gratuitos e ilimitados em mais de 40 mil pontos de atendimento das Redes Banco 24Horas e Interligada. Para abertura das contas será necessário apresentar Carteira de Identidade/Carteira OAB e comprovação de endereço; comprovação de renda via contracheque do Estado pagador; e declaração de convênio com a ANAPE, documento a ser

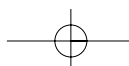
providenciado no Setor Financeiro da ANAPE. Os associados interessados poderão entrar em contato com o Citibank por meio do número 0800 708 3838 ou então acessar o site www.citibank.com.br, para maiores informações. Em Belo Horizonte a Agência Citibank que possuem serviços disponíveis aos procuradores de Estado é a Agência Lourdes, situada na Av. Olegário Maciel, nº 1.569, Gerente Helen Lobo, telefone: 4009-9954 e e-mail: helen.lobo@citi.com

FÉRIAS FORENSES

Tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, a Proposta de Emenda Constitucional 03/07, que restabelece as férias coletivas no Judiciário. A expectativa é de que a matéria seja votada em fevereiro, assim que forem retomadas as atividades do legislativo. Segundo o deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, a luta é antiga e já aguarda a votação já aguarda há muito tempo, o que acarreta um sacrifício grande ao Judiciário e ao jurisdicionado. As férias coletivas foram proibidas pela Reforma do Judiciário (Emenda 45/2004), que tinha como objetivo a celeridade processual. Estamos de olho.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Estão abertas as inscrições para o Concurso de Monografia Jurídica da Associação dos Procuradores do Estado do Pará (APEPA). Os trabalhos abordarão o tema "A importância da autonomia funcional e financeira das Procuradorias de Estado" ou "A Judicialização de políticas públicas e limites políticos de atuação". O concurso é destinado a advogados, magistrados, procuradores de Estado e membros do Ministério Público. As inscrições devem ser feitas entre os dias 14 de janeiro e 15 de fevereiro, pelo www.apepa.org.br e o edital deve ser divulgado no início de 2012. As monografias devem ser entregues entre os dias 1º e 30 de março.



Artigo

A Interferência da Judicialização da Saúde nas Políticas Públicas do SUS no Brasil



RAQUEL GUEDES MEDRADO
Procuradora do Estado
Mestranda em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro

A “Judicialização da Saúde”, fenômeno que pode ser definido como o fornecimento de medicamentos pelos entes públicos em virtude de decisões judiciais, deve ser analisada de forma cautelosa, vez que prejudica essencialmente toda a estrutura do Sistema Único de Saúde prevista na Constituição.

O fornecimento de medicamentos pelo Estado, em cumprimento a ordens judiciais, tem crescido exponencialmente. De acordo com dados extraídos da Procuradoria de Obrigações da Advocacia-Geral do Estado, em 2011 (de Janeiro a Novembro), foram ajuizadas 4.386 (quatro mil, trezentas e oitenta e seis) ações com pedido de medicamento e tratamento de saúde contra o Estado. Considerando os dados dos anos anteriores, verifica-se que esse número cresce 20% (vinte por cento) a cada ano.

Ainda de acordo com esses dados, estima-se que o Estado de Minas Gerais gaste em cada processo aproximadamente R\$ 9.500,00, sendo este valor a soma de condenação mínima em honorários no montante de R\$ 1.000,00, perícia em idêntico valor e multa cominatória de R\$ 7.500,00 (considerando-se uma média de atraso de 15 dias e um valor padrão de multa fixado judicialmente de R\$ 500,00). Atentando para o percentual de sucumbência do Estado em tais ações, que em regra corresponde a 85% do total de ações ajuizadas, a projeção de gastos em um ano com processos judiciais chegará a R\$ 38.760.000,00 (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta mil reais), excluindo-se do cálculo a remuneração dos servidores, transporte, despesas administrativas como fotocópias, além da condenação principal (medicamentos, tratamentos e internações).

Muitas vezes, todo esse valor é gasto para uma ação em que o pedido é um medicamento cujo custo não passa de R\$30,00.

A interferência do Poder Judiciário na saúde representa uma dicotomia que chama a

atenção dos estudiosos do assunto no Brasil. Se por um lado ela materializa o direito constitucional previsto no artigo 6º da Constituição, e representa um avanço efetivo da cidadania, por outro acarreta sérios problemas de gestão, criando despesas não previstas no orçamento, além de significar em última instância a própria determinação da forma de implementação de políticas públicas, de competência constitucional do Poder Executivo.

Se a Constituição da República assegura a todos os cidadãos o direito à saúde, não se pode negar que também fora conferida, ao Poder Executivo, a prerrogativa de estabelecer políticas públicas, a fim de garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços públicos nesta seara, além das demais áreas de

Soluções precisam ser apresentadas e limites precisam ser estabelecidos, pois os recursos públicos estão sendo gastos apenas para aqueles que possuem acesso ao Judiciário

responsabilidade do Estado.

Não prevê a Constituição a distribuição indiscriminada de todo e qualquer tipo de medicamento aos cidadãos. Seria ideal, mas impossível para qualquer governo atender a todas as demandas da população relacionadas à saúde, educação e segurança, principalmente em um país como Brasil, que lida diariamente com a escassez de recursos. Não se pode, através de uma ordem judicial, como em um simples passe de mágica, resolver todos os problemas sociais apresentados pela sociedade.

Conforme se verifica, é praticamente unânime entre os magistrados o entendimento de que a responsabilidade pelo fornecimento de medicamentos seria solidária entre os entes públicos. Tal entendimento pode ser extremamente prejudicial à sociedade, vez que a con-

denação de dois ou mais entes esvazia toda a política traçada pelo Ministério da Saúde.

O posicionamento dos Tribunais acerca da solidariedade prejudica sobremaneira a política descentralizada do SUS, na medida em que acaba com a repartição de competências e, principalmente, inviabiliza a coordenação por parte da União.

Deve ser lembrado, ainda, que as partes dificilmente incluem apenas um ente no polo passivo das demandas e as decisões, em sua maioria, determinam o cumprimento por todos, em razão da solidariedade, fixando um prazo exíguo para cumprimento, sob pena de multa diária.

Tal prática impede qualquer tipo de coordenação entre os entes da Federação, que acabam providenciando individualmente o cumprimento da decisão. Cabe ao autor decidir onde irá buscar.

Como consequência, há um desperdício considerável de dinheiro público, pois além de os medicamentos possuírem prazo de validade muitas vezes reduzido, há casos em que a raridade da doença implica a falta de demanda posterior pela medicação. O Estado passa a responder aos anseios de uns em detrimento da coletividade.

Verifica-se, assim, que a judicialização da saúde precisa ser pensada e debatida. Soluções precisam ser apresentadas e limites precisam ser estabelecidos, pois os recursos públicos estão sendo gastos apenas para aqueles que possuem acesso ao Judiciário, com o fornecimento não só de medicamentos, como também de fraldas descartáveis, filtros solares, métodos contraceptivos de última geração, leite em pó, suplementos alimentares, creme de leite, biscoitos entre outros.

Face ao exposto, cabe ao Poder Executivo manter suas listas de medicamentos fornecidos administrativamente devidamente atualizadas, e em conformidade com as demandas regionais e locais, com o escopo de se evitar que o cidadão demande em juízo o fornecimento de fármacos; e ao Poder Judiciário cuidar para que suas decisões não dêem amparo a uma infundável demanda de medicamentos e produtos cuja imprescindibilidade não seja objetivamente demonstrada, principalmente nas hipóteses em que haja alternativas apresentadas pelo Poder Público.

Se tem Procurador do Estado, não tem corrupção!

APEMINAS realiza campanha para destacar importante função da carreira

Está em circulação a campanha “Se tem procurador do Estado, não tem corrupção”, promovida pela Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS). Ao destacar uma das importantes funções da carreira que é o de controle preventivo de legalidade das políticas públicas - o que contribui diretamente no combate à corrupção - a divulgação teve como objetivo esclarecer a população do fundamental papel da advocacia pública de Estado e do comprometimento do procurador com o interesse público. Segundo o presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto, o cidadão deve saber do fundamental papel desempenhado pelo procurador do Estado na defesa do que é público e a questão levantada na campanha destaca a necessidade da presença da AGE em todos os setores da administração pública direta e indireta. O planejamento envolve divulgação em traseiras de ônibus e em seis pontos de outdoors durante dois meses, além dos cartazes.

Nos outros estados, a campanha realizada em Minas chama a atenção dos integrantes da classe e pedidos de materiais foram feitos. Para o vice-presidente da APEMINAS, Jaime Nápoles Villela, apesar de enfático, o tom e a imagem utilizada no planejamento da mídia se destacam por tocar num ponto delicado que envolve o país, a corrupção. “O procurador do Estado é comprometido com o interesse público e com a legalidade. Por isso, nossa luta pela presença da AGE em toda a administração pública em Minas”, frisa.

A atuação do procurador do estado no combate à corrupção é preventiva. Segundo João Lúcio Martins Pinto, a população, em sua maioria, não percebe a influência dos advogados públicos neste sentido porque o controle prévio de legalidade das políticas públicas não é claro aos olhos do contribuinte, mas existe e é fundamental. “Agimos para coibir focos de corrupção ao fiscalizar contratos e impedir que o dinheiro público seja investido de forma fraudulenta ou abusiva aos cofres,” salienta.

Em setembro de 2011, durante um congresso em Campo Grande, o presidente da ANAPE, Juliano Dossena, ressaltou a necessidade de mostrar à sociedade que o Procurador do Estado realiza o combate primário à corrupção na administração pública. “Chegou o momento de aprimorar a divulgação sobre a importância do

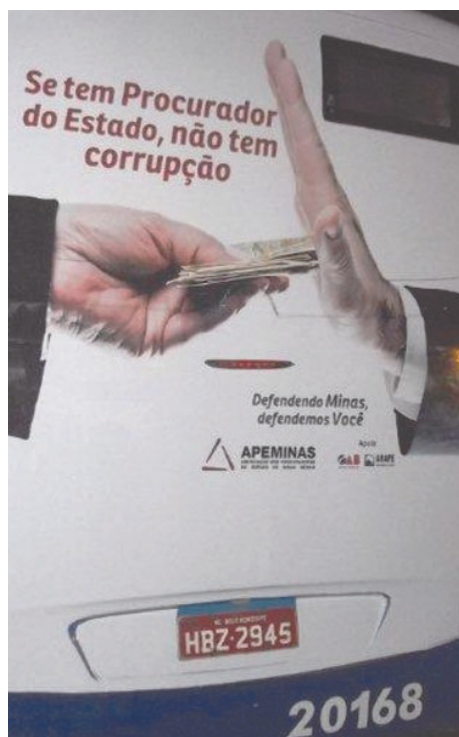


Imagem da campanha em ônibus na grande BH

trabalho dos procuradores. Cuidamos da coisa pública e combatemos, principalmente, as fraudes com o dinheiro público”, afirmou acrescentando que as Procuradorias existem para fiscalizar as ações dos agentes públicos e garantir a correta aplicação de recursos. Dossena lembrou ainda que o advogado público analisa contratos e licitações para a correta utilização dos recursos públicos. “Inúmeros pareceres preventivos dos Procuradores já evitaram tentativas de superfaturamento em obras de todo o país”, concluiu.

Em recente artigo publicado pela Folha de São Paulo, o juiz de Direito, Marcelo Semei, afirmou ser hora de fortalecer as Procuradorias, que representam o primeiro controle de legalidade dentro das administrações. “A Constituição de 1988 fez o Ministério Público crescer e ganhar plena autonomia. O resultado foi extremamente positivo, principalmente para a defesa da probidade administrativa. Só teremos a ganhar se processo similar for empreendido com os órgãos da advocacia pública, que também lutam no Congresso por autonomia e fortalecimento. O advogado público é, sobretudo, um ad-

vogado do próprio Estado, não do governo. Tem responsabilidades que o impedem de simplesmente concordar com qualquer ato do governante e não têm obrigação de defendê-lo de desvios do nosso dinheiro, muito menos em servir de alibi para a corrupção”, diz trecho de seu artigo.

Ainda de acordo com o magistrado, é fundamental que as Procuradorias tenham autonomia e que o projeto que tramita no Legislativo seja aprovado. “O projeto de emenda constitucional que prevê a autonomia, reduzindo a dependência de chefes do Executivo, está parado em Brasília, justamente pela oposição dos governadores e prefeitos. Estes não querem o crescimento incômodo de agentes públicos que estejam aptos a controlar de forma mais incisiva as irregularidades em licitações, contratos e outras obras públicas. É importante compreender, todavia, que a advocacia pública, que congrega advocacia da União e procuradorias dos Estados e Municípios, é uma carreira típica de Estado. O advogado público é, sobretudo, um advogado do próprio Estado, não do governo”, alerta.

Campanhas e mobilização

A APEMINAS tem usado as mídias publicitárias para levar à sociedade informações sobre a importância da atuação do procurador do Estado. Desde 2009, quando foi lançada a divulgação “Procuradores do Estado: Defendendo Minas, defendemos Você”, foram realizadas quatro campanhas. Esta primeira teve o objetivo de divulgar as funções básicas dos advogados públicos tais como o controle de legalidade dos atos dos governantes e a defesa do patrimônio público. Em seguida, foi lançada a campanha “Na defesa do Estado é o procurador quem veste a camisa”. Nesta, o mote alertou os receptores de que apenas o advogado público integrante dos quadros da Advocacia Geral do Estado (AGE) possui autonomia e independência para atuar nas autarquias e fundações públicas de Minas Gerais.

A última campanha desencadeada antes da que é objeto desta matéria, destinou-se à divulgar a realização do XXXVII Congresso Nacional d Procuradores de Estado, que aconteceu na capital mineira, em 2011. Todos os materiais estão disponíveis em www.apeminas.org.br.